prazo de seis meses, previsto no artigo 12.º, segundo parágrafo, que expirou em 10 de Fevereiro de 1993, objecção à adesão.

Nos termos do artigo 12.º, terceiro parágrafo, as disposições da Convenção entraram em vigor entre o Belize e os Estados Contratantes em 11 de Abril de 1993.

O Governo do Belize designou a seguinte autoridade, nos termos do artigo 6.º da Convenção:

The Registrar General.

Portugal é Parte na mesma Convenção, que foi aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 48 450, de 24 de Junho de 1968, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 6 de Dezembro de 1968, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 50, de 28 de Fevereiro de 1969. As autoridades competentes em Portugal para emitir a apostilha são a Procuradoria-Geral da República e as procuradorias da República junto das relações, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 78, de 2 de Abril de 1969.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 6 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 16/95

Por ordem superior se torna público que, por nota de 14 de Abril de 1994 e nos termos do artigo 31.º da Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil ou Comercial, concluída na Haia, em 15 de Novembro de 1965, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a Irlanda depositado o seu instrumento de adesão à mencionada Convenção em 5 de Abril de 1994, nos termos do artigo 26.º, segundo parágrafo.

O instrumento de ratificação contém as seguintes declarações:

Tradução

Artigo 3.º

A autoridade ou oficial judicial competente segundo as leis da Irlanda para os efeitos do artigo 3.º da Convenção são a autoridade central, um advogado em exercício, um «Country Registrar» (conservador do registo civil) ou um «District Court Clerk» (secretário judicial de um tribunal da relação).

Artigo 15.º

Nos termos do segundo parágrafo do artigo 15.º, um juiz na Irlanda pode decidir mesmo que nenhuma certidão de citação, notificação ou entrega tenha sido recebida, desde que as condições estabelecidas na segunda parte do artigo 15.º da Convenção se encontrem satisfeitas.

O instrumento contém ainda as seguintes objecções:

Artigo 10.º: nos termos das disposições do artigo 10.º o Governo da Irlanda opõe-se:

- i) À faculdade prevista no artigo 10.º, alínea b), de os oficiais judiciais, funcionários ou outras pessoas competentes do Estado de origem efectuarem na Irlanda

citações ou notificações de actos judiciais directamente a oficiais judiciais, funcionários ou outras pessoas competentes; e

- ii) À faculdade prevista no artigo 10.º, alínea c), de qualquer pessoa interessada num processo judicial efectuar na Irlanda citações ou notificações de actos judiciais directamente através de oficiais judiciais, funcionários ou outras pessoas competentes;

mas isto não significa impedir qualquer pessoa noutro Estado que seja interessada num processo judicial (incluindo o seu advogado) de efectuar na Irlanda citações ou notificações directamente através de um advogado na Irlanda.

O «Master of the High Court» é designado como autoridade central para a Irlanda, nos termos do artigo 2.º, e é a autoridade apropriada para o preenchimento dos certificados cujo modelo está anexo à Convenção.

A Convenção entrou em vigor para a Irlanda em 4 de Junho de 1994.

Portugal é Parte na mesma Convenção, que foi aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 210/71, de 18 de Maio, tendo depositado o seu instrumento de ratificação em 27 de Dezembro de 1973, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1974. A Convenção vigora para Portugal desde 25 de Fevereiro de 1974. As autoridades competentes em Portugal são as indicadas em aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1975.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 7 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 17/95

Por ordem superior se torna público que, por nota de 14 de Abril de 1994 e nos termos do artigo 31.º da Convenção Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil ou Comercial, concluída na Haia em 15 de Novembro de 1965, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou terem os Estados Unidos da América, por nota recebida naquele Ministério em 31 de Março de 1994, declarado que, nos termos do artigo 29.º, § 2.º, da mencionada Convenção, para além das extensões territoriais feitas aquando do depósito do seu instrumento de ratificação (em 19 de Novembro de 1970), o Governo dos Estados Unidos da América declara agora que a Convenção é também estendida à Comunidade das Ilhas Marianas do Norte (que se tornaram uma comunidade associada dos Estados Unidos em 3 de Novembro de 1986).

As autoridades actualmente designadas pelo Governo dos Estados Unidos da América para desempenhar certas funções previstas na Convenção são também as autoridades designadas para desempenhar essas funções para a Comunidade das Ilhas Marianas do Norte.

A Convenção entrou em vigor para a Comunidade das Ilhas Marianas do Norte em 30 de Maio de 1994.

Portugal é Parte na mesma Convenção, que foi aprovada para ratificação pelo Decreto-Lei n.º 210/71, de 18 de Maio, tendo depositado o seu instrumento de ra-

tificação em 27 de Dezembro de 1993, conforme aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 20, de 24 de Janeiro de 1974. A Convenção vigora para Portugal desde 25 de Fevereiro de 1974. As autoridades competentes em Portugal são as indicadas no aviso publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 10, de 13 de Janeiro de 1975.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 9 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 18/95

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 21 de Abril de 1993, o Comité Permanente da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado comunicou o seguinte relativamente à Convenção Relativa ao Reconhecimento e Execução de Decisões sobre Obrigações Alimentares, concluída na Haia, em 2 de Outubro de 1973:

A Suíça retirou a reserva ao artigo 14.º, n.ºs 1 e 2, feita em 18 de Maio de 1976 por ocasião da ratificação da Convenção sobre a Lei Aplicável às Obrigações Alimentares.

Em conformidade com o artigo 24.º, quarto parágrafo, os efeitos da reserva cessaram em 1 de Junho de 1993;

A Suíça retirou a reserva ao artigo 26.º, primeiro parágrafo, n.º 1, alíneas a) e b), feita em 18 de Maio de 1976 por ocasião da ratificação da Convenção Relativa ao Reconhecimento e Execução de Decisões sobre Obrigações Alimentares.

Em conformidade com o artigo 34.º, quarto parágrafo, os efeitos da reserva cessaram em 1 de Junho de 1993.

Relativamente a Portugal, a Convenção foi aprovada para ratificação pelo Decreto n.º 338/75, conforme *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 150, de 2 de Julho de 1975. O depósito do instrumento de ratificação foi feito em 4 de Dezembro de 1975 e a Convenção entrou em vigor para Portugal em 1 de Agosto de 1976.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 12 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 19/95

Por ordem superior se torna público que, por nota de 22 de Novembro de 1994 e nos termos do artigo 40.º da Convenção Europeia para a Vigilância das Pessoas Condenadas ou Libertadas Condicionadamente, aberta à assinatura em Estrasburgo, a 30 de Novembro de 1964, o Director dos Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa, em nome do Secretário-Geral, notificou ter Portugal depositado o seu instrumento de ratificação da mencionada Convenção em 16 de Novembro de 1994.

São igualmente Partes na Convenção a Austria, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos, a Eslovénia, a Suécia, a Croácia e a ex-República Jugoslava da Macedónia.

A Convenção, que foi aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 50/94, de

12 de Agosto, entrará em vigor para Portugal em 17 de Fevereiro de 1995.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 12 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Aviso n.º 20/95

Por ordem superior se torna público que, por notificação de 22 de Setembro de 1994, o director-adjunto dos Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa comunicou que a Áustria retirou uma reserva e apresentou uma declaração ao Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradução, aberto à assinatura, em Estrasburgo, em 17 de Março de 1978.

A data da entrada em vigor do instrumento para a Áustria é o dia 31 de Julho de 1983 e a retirada da reserva produz efeitos a partir de 9 de Setembro de 1994.

Teor da declaração de retirada da reserva:

Tradução

Em conformidade com o artigo 9.º, n.º 3, do Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradução, de 17 de Março de 1978, o Governo Federal da República da Áustria retirou a sua reserva, formulada de acordo com o artigo 9.º, n.º 2, do referido Protocolo, de aceitar o título II apenas no que respeita às infracções em matéria de taxas e de impostos alfandegários.

Teor da declaração:

Tradução

Em relação aos Estados membros deste Protocolo Adicional, a Áustria declara que, nas condições previstas no título II, concederá igualmente a extradicação em relação às infracções que consistem exclusivamente em contravenções às regulamentações sobre os monopólios ou sobre a exportação, a importação ou o trânsito e à retenção de mercadorias.

Relativamente a Portugal, a Convenção Europeia de Extradução foi aprovada para ratificação pela Resolução n.º 23/89 da Assembleia da República e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 57/89, de 21 de Agosto, conforme o *Diário da República*, n.º 191, de 21 de Agosto de 1989.

Foi publicado um aviso no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 76, de 31 de Março de 1990, segundo o qual Portugal depositou o instrumento de ratificação com declaração e reservas à Convenção, Protocolo Adicional e Segundo Protocolo Adicional.

O Decreto do Presidente da República n.º 23/90, de 20 de Junho, ratifica, na sequência do Decreto do Presidente da República n.º 57/89, de 21 de Agosto, os dois Protocolos Adicionais à Convenção, segundo o *Diário da República*, n.º 140, de 20 de Junho de 1990.

Departamento de Assuntos Jurídicos, 12 de Dezembro de 1994. — O Director, *José Maria Teixeira Leite Martins*.